

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL**

**ENTRE**

**LOGÁS - LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S/A.**  
**(*VENDEDORA*)**

**E**

**COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG**  
**(*COMPRADORA*)**

## ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO .....	14
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA.....	14
CLÁUSULA QUARTA – UNIDADES DE COMPRESSÃO E DESCOMPRESSÃO DE GNC .....	15
CLÁUSULA QUINTA – ORIGEM DE SUPRIMENTO E FORNECIMENTO DE GNC .....	17
CLÁUSULA SEXTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) .....	19
CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO DO GÁS .....	20
CLÁUSULA OITAVA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA .....	24
CLÁUSULA NONA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA .....	27
CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO .....	32
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA .....	34
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MEDIÇÃO DO GÁS .....	36
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – QUALIDADE DO GÁS .....	38
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PARADAS PROGRAMADAS.....	39
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FATURAMENTO .....	41
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO .....	47
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR .....	49
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO... 53	
CLÁUSULA DEZENOVE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES .....	59
CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO .....	60
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	62
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – NOVAÇÃO.....	63
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CONDUTA DAS PARTES.....	63
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	64
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CONCORDÂNCIA DAS PARTES.....	68
ANEXO I – PONTO DE ENTREGA.....	70
ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA .....	71
ANEXO III – VALOR GARANTIDO DA TUSD.....	72
ANEXO IV – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DE GNV PELA COMPRADORA .....	73

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM LOGÁS LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S/A. E COMPANHIA  
DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG**

Pelo presente instrumento,

**LOGÁS - LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S/A.** sociedade anônima com sede na município de Betim, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-381, km 4887, setor B, Distrito Industrial Paulo Camilo Norte, CEP 32.681-002 e CNPJ no 11.893.134/0001-03 e sua filial em Poços de Caldas, CNPJ 11.893.134/0003-67, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Avenida Celanese, 4630, Bairro Bortolan, neste ato representada na forma de seu contrato social, na qualidade de vendedora (doravante denominada “VENDEDORA”) e

**COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG**, com sede na Avenida Barbacena, 1200, 7º andar, Santo Agostinho, Cidade de Belo Horizonte, Estado Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 22.261.473/0001-85, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora (doravante denominada “COMPRADORA”).

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

**CONSIDERANDO QUE:**

- conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº. 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da LEI;
- a COMPRADORA é a concessionária exclusiva para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Minas Gerais, conforme seu contrato de concessão (doravante “CONTRATO DE CONCESSÃO”);
- a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;

- a VENDEDORA é autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a exercer a atividade de comercialização de gás natural, nos termos da Autorização nº 531, de 3 de setembro de 2021, e a atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido - GNC a granel, nos termos da Autorização nº 10, de 9 de janeiro de 2012;
- a COMPRADORA realizou a Chamada Pública 02/2025 visando a compra de gás natural comprimido - GNC ou gás natural liquefeito – GNL, tendo a VENDEDORA apresentado proposta, nos termos que agora se firma, e se sagrada vencedora da referida Chamada Pública;
- a VENDEDORA deseja vender e entregar GÁS NATURAL à COMPRADORA, na modalidade firme inflexível, com a utilização dos modais dutoviário (via gasodutos de transporte) e rodoviário (via caminhões de gás natural comprimido – GNC) para o transporte do GÁS até o PONTO DE ENTREGA, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido gás da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- as condições comerciais estabelecidas neste CONTRATO fazem referência à entrega do gás natural comprimido – GNC na UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC instalada no município de Extrema, Estado de Minas Gerais, conforme solicitação da COMPRADORA;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS**

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

**ANO:** significa cada período que:

(a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;

(b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;

(c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

**ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

**ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 18.2.3.

**ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO):** significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 18.2.3.3.

**ÁRBITRO ÚNICO:** significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 18.2.3.3(a).

**ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

(a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

(b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**BRENT:** significa o *Europe Brent Spot Price FOB* (em Dólares Norte-Americanos por barril) publicado pela EIA (Energy Information Administration) (Código: RBRTE).

**CALIBRAÇÃO:** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes

das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

**CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA:** significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**CLIENTE FINAL:** significa o cliente da COMPRADORA que irá utilizar o GÁS fornecido nos termos deste CONTRATO em sua planta industrial.

**COMERCIALIZADOR:** significa o agente comercializador de gás natural devidamente autorizado pela ANP, nos termos da Resolução ANP de nº 52/2011, e pela SEDE, nos termos da Resolução SEDE nº 17/2013, para exercer a atividade de comercialização de gás natural no Estado de Minas Gerais.

**CONDIÇÕES-BASE:** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONTRATO:** significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

**CONTRATO MERCADO REGULADO:** significa o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural nº CT – 0006/12, celebrado em 01 de abril de 2012 entre a COMPRADORA, na qualidade de distribuidora local de gás canalizado e fornecedora do gás, e a VENDEDORA, na qualidade de cliente da distribuidora, conforme aditado de tempos em tempos.

**CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO:** significa contrato firmado entre a COMPRADORA, na qualidade de concessionária local de serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais, e a VENDEDORA, na qualidade de CONSUMIDOR LIVRE, disciplinando os direitos e obrigações entre as PARTES em relação ao serviço de distribuição a ser prestado pela COMPRADORA no âmbito do fornecimento de GÁS pelo COMERCIALIZADOR para a VENDEDORA, conforme Resolução SEDE nº 17/2013.

**CONSUMIDOR LIVRE:** significa o consumidor de gás relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um COMERCIALIZADOR, agente produtor ou importador.

**DIA:** significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

**DIA ÚTIL:** significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e nas Cidades de Belo Horizonte e de Betim, no Estado de Minas Gerais.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

**ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>):** significa a remuneração mínima mensal devida à VENDEDORA, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS a ser disponibilizado à COMPRADORA nos termos deste CONTRATO, na forma do item 9.1.1.

**ENCARGO DE CAPACIDADE GNC (EC<sub>GNC</sub>):** significa a remuneração mínima mensal devida à VENDEDORA, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados aos investimentos realizados para possibilitar a compressão, transporte via UTA-GNC e

descompressão do GÁS a ser disponibilizado à COMPRADORA nos termos deste CONTRATO, na forma do item 9.1.2.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 15.11.

**EVENTO DE INADIMPLEMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 16.1.

**FALHA DE FORNECIMENTO OU FALHA NO FORNECIMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS no PONTO DE ENTREGA por culpa da VENDEDORA; e
- (b) cumulativamente, recusa e não recebimento pela COMPRADORA de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – QUALIDADE DO GÁS e observado o procedimento ali disposto.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (b) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (c) ter a COMPRADORA retirado o GÁS em desconformidade conforme estabelecido neste CONTRATO;
- (d) descumprimento pela COMPRADORA das condições de entrega estabelecidas no item 11.3;
- (e) ser o fato atribuído a falhas no serviço de transporte não causadas diretamente pela VENDEDORA ou pelo COMERCIALIZADOR, aplicando-se nesta hipótese o disposto nos itens 7.1.2.4 e 7.1.2.5; ou
- (f) situações de PARADAS PROGRAMADAS.

**GÁS ou GÁS NATURAL:** significa o gás natural objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos



e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

**GNC:** significa o GÁS NATURAL comprimido, processado e condicionado para o transporte em ampolas ou cilindros à temperatura ambiente e a uma pressão que o mantenha em estado gasoso.

**GNV:** significa o gás natural veicular a ser fornecido pela COMPRADORA à VENDEDORA para utilização nas UTA-GNC relacionadas ao fornecimento objeto deste CONTRATO.

**GTA(S):** significa(m) o(s) Contrato(s) de Serviço de Transporte a ser(em) celebrado(s) entre o COMERCIALIZADOR e o(s) TRANSPORTADOR(ES), para fins de transporte do GÁS NATURAL a ser entregue pela VENDEDORA a COMPRADORA nos termos deste CONTRATO.

**GUS:** significa a quantidade de gás para uso no sistema necessária, indicada e medida pelo TRANSPORTADOR.

**INÍCIO DE FORNECIMENTO:** significa a data definida nos termos do item 3.2, a partir da qual passam a ser exigíveis os compromissos da VENDEDORA e da COMPRADORA nos termos da CLÁUSULA OITAVA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA e da CLÁUSULA NONA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA, respectivamente.

**LEI ou LEGISLAÇÃO:** significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significam as LEIS estabelecidas no item 23.1(a).

**MEDIAÇÃO:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 18.2.1.

**MERCADO LIVRE:** significa o ambiente de contratação que compreende a disponibilização do serviço de distribuição pela concessionária local de gás canalizado e a comercialização de

gás para CONSUMIDOR LIVRE por COMERCIALIZADOR, agente produtor ou importador no Estado de Minas Gerais, conforme disposto na Resolução SEDE nº 17/2013.

**MERCADO REGULADO:** ambiente de contratação que compreende a movimentação e comercialização de gás ao consumidor cativo pela concessionária local de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais, conforme disposto na Resolução SEDE nº 17/2013.

**MÊS:** significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

**METRO CÚBICO (m<sup>3</sup>):** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.

**NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

**NTS:** significa a Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS.

**PARADA PROGRAMADA:** significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PARADAS PROGRAMADAS.

**PARCELA DE MOLÉCULA (PM):** significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

**PARCELA DE TRANSPORTE (PT):** significa a parcela referente ao transporte contida no PREÇO DO GÁS (PG), conforme previsto no item 7.1.

**PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**PERITAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 18.2.2.

**PERITO:** significa a pessoa designada, conforme o item 18.2.2 e seus subitens, para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 Kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO de GÁS);

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou ABNT NBR 15203:2008, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO).

**PONTO DE ENTREGA:** consiste nas instalações necessárias à disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos deste CONTRATO, sendo considerada como a interconexão da UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC da VENDEDORA com a rede de gasodutos de distribuição da COMPRADORA construída no município de Extrema, Estado de Minas Gerais, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**PREÇO DO GÁS (PG):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO DO GÁS.

**PRESSÃO DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA.

**PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO:** significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE ENTREGA em questão, conforme definido no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica máxima de operação em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica mínima de operação em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 982 de 21/05/2025, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

**QUANTIDADE DE GÁS:** significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA SEXTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente colocada pela VENDEDORA à disposição da COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, em um determinado DIA, apurada conforme item 8.3.1.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, que atenda às condições, limites e prazos previstos na CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA em determinado DIA, calculada de acordo com o item 12.5.

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA, conforme CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO.

**QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 8.3.

**QUANTIDADE MEDIDA (QM):** significa o volume de gás, expresso em METROS CÚBICOS, apurado em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO localizado na interconexão entre o sistema de distribuição da COMPRADORA e a rede interna do CLIENTE FINAL.

**QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 9.1.3.1.

**QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):** significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA por QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR), na forma do item 9.1.3.2.

**QUANTIDADE RECUPERADA (QR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), na forma do item 9.1.3.4.

**RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM):** significa o compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA estabelecido no item 9.1.3.

**SENTENÇA ARBITRAL:** significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

**SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, de propriedade da COMPRADORA, utilizados para medir volumes de gás entregues de uma PARTE a outra.

**TAG:** significa a Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

**TBG:** significa a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG.

**TRANSPORTADOR(ES):** significa a TAG e/ou a NTS e/ou a TBG, conforme o caso.

**TRIBUNAL ARBITRAL:** significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 18.2.3.3(b).

**TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD):** significa a tarifa referente à prestação do serviço de distribuição estabelecido pela SEDE em resolução própria para o período em referência.

**UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC:** significa a Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) de propriedade da VENDEDORA (registrada sob a filial inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.893.134/0003-67) localizada no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Av. Celanese, S/N, Bairro Bortolan, CEP: 37.704-451, onde o GÁS a ser fornecido nos termos deste CONTRATO será comprimido e carregado nas UTA-GNC da VENDEDORA para transporte até a UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC.

**UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC:** significa a Unidade de Descompressão de Gás Natural Comprimido (GNC) de propriedade da VENDEDORA instalada no Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, no terreno localizado na Rodovia Fernão Dias, SN, KM 949.9, Bairro Pires, CEP 37.640-000, registrado sob a matrícula 6.423 do Cartório de Registro de Imóveis de Extrema/MG, onde o GNC carregado pelas UTA-GNC da VENDEDORA será descomprimido e entregue para a COMPRADORA.

**UTA-GNC:** significam as Unidades de Transporte e Armazenagem de GNC da VENDEDORA utilizadas para o transporte do GNC a ser fornecido nos termos deste CONTRATO da UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC até a UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, com a utilização dos modais dutoviário (via gasodutos de transporte) e rodoviário (via caminhões de gás natural comprimido - GNC) para o transporte do GÁS até o PONTO DE ENTREGA, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá em **09/08/2028**.

3.2. O INÍCIO DE FORNECIMENTO deverá ocorrer no dia **01/01/2026**, para todos os efeitos deste CONTRATO.

3.2.1. Em caso de atraso no efetivo Início do Fornecimento na data prevista no item 3.2 por culpa da COMPRADORA, os compromissos da COMPRADORA previstos nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 passarão a ser exigíveis e a COMPRADORA deverá pagar os valores relativos ao ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE ( $EC_T$ ), ENCARGO DE CAPACIDADE GNC ( $EC_{GNC}$ ) e RETIRADA MINIMA MENSAL (RMM) à VENDEDORA considerando uma QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) zerada para os dias que a VENDEDORA tenha sido impedida de fornecer GÁS nos termos deste CONTRATO em função do atraso da COMPRADORA, até que o Início do Fornecimento se efetive na forma prevista neste CONTRATO.

3.2.2. Em caso de atraso no efetivo Início do Fornecimento do GÁS na data prevista no item 3.2 por culpa da VENDEDORA, a cada dia que a COMPRADORA seja impedida de retirar GÁS nos termos deste CONTRATO em função do atraso da VENDEDORA, será aplicada a penalidade prevista no item 8.2 (Penalidade por Falha no Fornecimento) considerando como QUANTIDADE FALTANTE (QF) uma quantidade de GÁS equivalente a 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) aplicável, até que o Início do Fornecimento se efetive na forma prevista neste CONTRATO.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – UNIDADES DE COMPRESSÃO E DESCOMPRESSÃO DE GNC**

4.1. O GÁS a ser fornecido nos termos deste CONTRATO deverá ser comprimido pela VENDEDORA na sua UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC, localizada em Poços de Caldas, Minas Gerais, com capacidade instalada que permite uma vazão de até 3.900 m<sup>3</sup>/hora de GNC, e transportado com a utilização das UTA-GNC até a UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC da VENDEDORA, localizada em Extrema, Minas Gerais, onde estará situado o PONTO DE ENTREGA.

4.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.1, as PARTES ajustam que a UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC destacada pela VENDEDORA para a execução deste CONTRATO, conforme descrita no item 4.1, poderá ser substituída, a seu exclusivo critério, por outra unidade de compressão de gás natural da VENDEDORA, mediante simples NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA nesse sentido, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais, inclusive, mas não se limitando, no que tange ao PREÇO DO GÁS (PG) previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO DO GÁS.

4.1.2. Em caso de substituição da UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC pela VENDEDORA nos termos do item 4.1.1, as PARTES se comprometem a ajustar o



CONTRATO MERCADO REGULADO ou CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, conforme o caso, de modo a alterar o ponto de entrega do GÁS em tais contratos para a UNIDADE DE COMPRESSÃO de GNC indicada pela VENDEDORA até 05 (cinco) dias antes do INÍCIO DE FORNECIMENTO.

4.1.3. A mudança de localização da UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC não implicará em qualquer revisão da CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO DO GÁS de forma que a COMPRADORA incorra em gastos adicionais, sendo certo que a nova localização da UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC deverá, preferencialmente, ser em Minas Gerais.

4.1.4. Caso a VENDEDORA pretenda mudar a UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC para fora do Estado de Minas Gerais, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA o valor da TUSD, conforme disposto no ANEXO III – VALOR GARANTIDO DA TUSD **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

4.2. A VENDEDORA deverá descomprimir o GNC a ser fornecido para a COMPRADORA nos termos deste CONTRATO na UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC instalada no município de Extrema, Minas Gerais, de modo a possibilitar a entrega do GÁS no PONTO DE ENTREGA de acordo com as condições estabelecidas no presente CONTRATO.

4.2.1. As PARTES reconhecem que o terreno onde será instalada a UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC é de propriedade da empresa CACHOEIRA DE PAJEÚ PARTICIPAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.302.746/0001-20, com quem a VENDEDORA celebrou Contrato de Locação Imobiliária de parte do referido terreno especialmente para a instalação da UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC, que terá capacidade de vazão de 1.870 m<sup>3</sup>/hora de GNC.

4.2.1.1. A VENDEDORA deverá disponibilizar dentro do terreno da UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC uma área de 7m x 12 m (84m<sup>2</sup>) para as instalações da COMPRADORA. Tal área deverá possuir: base, cercamento, aterramento e infraestrutura de telemetria conforme projetos típicos e montagem básica disponibilizados pela COMPRADORA. A VENDEDORA permitirá acesso livre à equipe da COMPRADORA a esta área.

4.2.2 As PARTES acordam, que os custos relativos ao aluguel, assim como IPTU, atinentes ao terreno onde está instalada a UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC correrão por conta exclusiva da COMPRADORA, que deverá reembolsar a VENDEDORA



mensal e conjuntamente com o pagamento das faturas relacionadas à compra e à venda de GÁS objeto do presente CONTRATO desde que comprovado o preço de mercado desses custos.

4.3. A VENDEDORA envidará esforços para garantir a cessão da propriedade ou posse do contrato de aluguel do terreno da base de descompressão, caso seja solicitada pela COMPRADORA.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – ORIGEM DE SUPRIMENTO E FORNECIMENTO DE GNC**

5.1. As PARTES concordam que, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, o GÁS NATURAL a ser fornecido para a COMPRADORA nos termos deste CONTRATO deverá ser adquirido pela VENDEDORA no MERCADO LIVRE, de COMERCIALIZADOR devidamente autorizado pela ANP e pela SEDE a realizar a atividade de comercialização de gás natural no Estado de Minas Gerais.

5.1.1. Até 05 (cinco) dias antes da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO prevista no item 3.2, ou outra a ser definida entre as PARTES nos termos do item 5.2 abaixo, as PARTES deverão celebrar um CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO para possibilitar a movimentação do GÁS a ser entregue pelo COMERCIALIZADOR do ponto de saída do gasoduto de transporte da NTS, localizado no município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais (ou outro a ser oportunamente acordado entre as PARTES no CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO) até a UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC da VENDEDORA.

5.2. Sem prejuízo do disposto no item 5.1, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, mediante simples NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA nesse sentido, com 15 (quinze) dias de antecedência, solicitar que o suprimento do GÁS para atendimento às suas obrigações nos termos do presente CONTRATO seja realizado pela COMPRADORA no âmbito do MERCADO REGULADO, com entrega na UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC da VENDEDORA, devendo, nesse caso, o suprimento com GÁS de origem no MERCADO LIVRE ficar suspenso pelo período que a VENDEDORA fornecer o GÁS no âmbito do MERCADO REGULADO. Ainda, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, também no prazo de 15 (quinze) dias de antecedência, mediante simples NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, informar que o suprimento do GÁS para atendimento às suas obrigações nos termos do presente CONTRATO volte a ser realizado no âmbito do MERCADO LIVRE,

5.2.1. Em caso de exercício do direito previsto no item 5.2, até 05 (cinco) dias antes da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO as PARTES deverão celebrar um aditivo ao

CONTRATO MERCADO REGULADO ou um novo contrato no âmbito do MERCADO REGULADO, de modo a prever o fornecimento pela COMPRADORA, com entrega na UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC da VENDEDORA destacada para o atendimento deste CONTRATO, observado o disposto no item 4.1 e subitens, de uma QUANTIDADE DE GÁS adicional que seja compatível (i) com as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS (QDC) estabelecidas no item 6.1, (ii) as flexibilidades de nominação e programação previstas na CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO; e (iii) com as possíveis datas de migração do suprimento do MERCADO REGULADO para o MERCADO LIVRE, conforme estabelecido nos itens 5.2.

5.3. A COMPRADORA deverá, às suas exclusivas expensas, instalar e manter 02 (dois) SISTEMAS DE MEDIÇÃO distintos na UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC da VENDEDORA, de modo a possibilitar a medição dos volumes entregues à VENDEDORA de forma segregada: (i) 01 (um) para medir o suprimento de GÁS de origem no MERCADO REGULADO, com vazão horária máxima de 2.000 m<sup>3</sup>/h, destinado a atender outros clientes da VENDEDORA não relacionados a este CONTRATO; e (ii) 01 (um) para medir o suprimento de GÁS de origem no MERCADO LIVRE, com vazão horária máxima de 3.900 m<sup>3</sup>/h.

5.3.1. As PARTES concordam que em caso de exercício pela VENDEDORA do direito previsto no item 5.2, o mesmo medidor instalado pela COMPRADORA para medir o fornecimento com origem no MERCADO LIVRE, nos termos do item 5.3 (ii), poderá ser utilizado para medir o fornecimento com utilização de GÁS com origem no MERCADO REGULADO, até que ocorra a efetiva migração da origem de suprimento para o MERCADO LIVRE, nos termos do item 5.2 conforme aplicável.

5.3.2. A VENDEDORA deverá disponibilizar dentro do terreno da UNIDADE DE COMPRESSÃO uma área adicional que totalize 5 m x 7 m (35m<sup>2</sup>) que permita a instalação do SISTEMA DE MEDIÇÃO para medir o suprimento de GÁS de origem no MERCADO LIVRE. Tal área deverá possuir: base, cercamento, aterramento e infraestrutura de telemetria conforme projetos típicos e montagem básica disponibilizados pela COMPRADORA. A VENDEDORA continuará permitindo acesso livre à equipe da COMPRADORA a esta área.

5.4. As PARTES concordam, ainda, que, a VENDEDORA, ou quem ela indicar, deverá realizar o abastecimento dos cavalos mecânicos acoplados em suas UTA-GNC exclusivamente com o GNV a ser disponibilizado pela COMPRADORA no(s) ponto(s) de abastecimento localizados em suas bases de compressão e descompressão a ser(em) incluída(s) no contrato de compra e venda de GNV a ser celebrado entre as PARTES até a data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, observado o disposto no item 5.4.1 e as condições previstas no ANEXO IV

– CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DE GNV PELA COMPRADORA do presente CONTRATO.

5.4.1. Em caso de comprovada emergência ou impossibilidade de abastecimento das UTA-GNC da VENDEDORA com o GNV disponibilizado pela COMPRADORA no(s) ponto(s) de abastecimento, e desde que tais situações coloquem em risco a continuidade ou segurança do fornecimento de GÁS NATURAL nos termos deste CONTRATO, a VENDEDORA estará autorizada a abastecer suas UTA-GNC em quaisquer outros postos de abastecimento, inclusive utilizando outra fonte energética de combustível, se necessário for, sem que isso represente um descumprimento da obrigação prevista neste item 5.4.

5.4.1.1. Não serão descontados do GNV não consumido os volumes utilizados de outro energético que foram necessários ser utilizados devido a imperícia, negligência e/ou fatos injustificados pela VENDEDORA.

5.4.2. A medição do suprimento de GNV a ser realizado pela COMPRADORA nos termos deste item 5.4 deverá ser realizada por sistema de medição individualizado e independente dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO para o suprimento de GÁS de origem no MERCADO REGULADO e no MERCADO LIVRE. Quando aplicável, os relatórios dos encerrantes dos dispositivos de abastecimento da VENDEDORA poderão ser utilizados para computar a medição do suprimento de GNV.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC)

6.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, será determinada de acordo com a tabela abaixo.

Período	QDC (m <sup>3</sup> /dia)
de janeiro a julho	24.670 (vinte e quatro mil, seiscentos e setenta)
de agosto a dezembro	29.670 (vinte e nove mil, seiscentos e setenta)

6.2. As PARTES poderão, em conjunto, avaliar a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) originalmente estabelecida no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterar a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO DO GÁS

7.1. O PREÇO DO GÁS (PG) a ser praticado pela VENDEDORA para fornecimento de GÁS de origem de suprimento no MERCADO LIVRE será calculado conforme fórmula abaixo:

$$PG = PM + PT + TUSD + PSCLD;$$

Onde:

PG	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), calculada conforme fórmula indicada no item 7.1.1, expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme fórmula indicada no item 7.1.2, expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
TUSD	É a TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD) aplicável ao período em questão.
PSCLD	É a parcela do serviço de compressão, logística e descompressão aplicável ao fornecimento de GÁS nos termos deste CONTRATO, correspondente a R\$1,3850/m <sup>3</sup> na data base da proposta apresentada pela VENDEDORA, a ser atualizada nos termos do item 7.2.

7.1.1. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) será calculada e ajustada trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ANO, de acordo com a média das cotações diárias do BRENT, referentes aos 3 (três) MESES m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro MÊS do período de cálculo da aplicação do PREÇO DO GÁS (PG), conforme abaixo:

$$PM = 11,00\% \times B \times \frac{TC}{FC}$$

Onde:

PM	é o valor da PARCELA DA MOLÉCULA, expresso em R\$/m <sup>3</sup> , nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
B	É a média trimestral dos pontos diários dos preços do <i>Europe Brent Spot Price FOB</i> (Dólares Norte-Americanos por barril) publicado pela EIA ( <i>Energy Information Administration</i> ) (Código: RBRTE), referentes aos meses anteriores (m-4, m-3 e m-2), em US\$/bbl.

TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro MÊS do período de cálculo da aplicação do PREÇO DO GÁS (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
FC	É o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBTU) para METROS CÚBICOS, igual a 26,8081.

7.1.2. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m<sup>3</sup>, será composta pelo valor homologado pela Nova Transportadora do Sudeste S.A (NTS) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A. (TBG), sendo reajustada sempre que houver alteração no valor homologado pelas Transportadoras em linha com os percentuais de reajuste verificados nas tarifas de transporte anual dos TRANSPORTADORES envolvidos no fornecimento para o ANO de reajuste; e (ii) uma parte variável correspondente às eventuais penalidades, indenizações e demais custos de transporte, não incluindo as parcelas de entrada e saída, devidos pelo COMERCIALIZADOR ao(s) TRANSPORTADOR(ES) nos termos dos GTA(s) celebrados para viabilizar o fornecimento de GÁS nos termos deste CONTRATO.

7.1.2.1. O valor correspondente ao GUS, penalidades, indenizações e demais custos extraordinários relacionados ao transporte do GÁS previstos no item 7.1.2 (ii) deverão ser devidamente comprovadas pelo VENDEDOR mediante envio das respectivas cobranças recebidas do(s) TRANSPORTADOR(ES).

7.1.2.2. Caso a VENDEDORA incorra em penalidades, custos e despesas adicionais de transporte por comprovada ineficiência de gestão sua ou do COMERCIALIZADOR, esses custos não serão pagos pela COMPRADORA.

7.1.2.3. Caso a VENDEDORA receba créditos do TRANSPORTADOR decorrentes deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a repassar esses créditos no faturamento seguinte à COMPRADORA.

7.1.2.4. Nas situações em que qualquer ato ou omissão do TRANSPORTADOR ou de outros carregadores que utilizem a mesma malha de transporte, gere um prejuízo à COMPRADORA (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a VENDEDORA tomará as medidas razoáveis para que o COMERCIALIZADOR cobre todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo TRANSPORTADOR decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam

devidas no âmbito do(s) GTA(s) ou com base na LEI aplicável e repasse à COMPRADORA, não devendo caracterizar uma FALHA NO FORNECIMENTO nos termos deste CONTRATO. As PARTES reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos nos GTAs serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA ou ao COMERCIALIZADOR no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

7.1.2.5. Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito dos GTAs sobre o pagamento da compensação financeira pelo TRANSPORTADOR ou carregador(es), conforme item 7.1.2.4: (i) a VENDEDORA manterá a COMPRADORA informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação financeira aplicável pelo COMERCIALIZADOR; (ii) caso a COMPRADORA entenda que a controvérsia deva ser discutida através da propositura de uma ação judicial ou instauração de um procedimento arbitral, a VENDEDORA se compromete fazer com que o COMERCIALIZADOR siga as instruções da COMPRADORA, sempre em conformidade com os mecanismos de resolução de controvérsias estabelecidos nos GTAs; (iii) as PARTES concordam que escolherão em conjunto os assessores jurídicos que representarão o COMERCIALIZADOR no procedimento arbitral ou ação judicial, conforme o caso, sendo a COMPRADORA a única responsável pelo pagamento dos honorários dos assessores, dos custos do procedimento arbitral ou ação judicial, bem como de eventuais honorários de sucumbência, devendo isentar o COMERCIALIZADOR ou a VENDEDORA de qualquer responsabilidade nesse sentido.

7.1.2.6. No repasse da parte variável da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) pela VENDEDORA à COMPRADORA, conforme item 7.1.2, poderão ser acrescidos, pela VENDEDORA, considerando a forma de cobrança do(s) GTA(s), os tributos incidentes sobre tal contratação que não sejam recuperáveis pela VENDEDORA, conforme justificado com base na LEGISLAÇÃO aplicável, sem prejuízo do acréscimo dos demais tributos devidos nos termos deste CONTRATO.

7.2. A PARCELA DO SERVIÇO DE COMPRESSÃO, LOGÍSTICA E DESCOMPRESSÃO (PSCLD) será reajustada ANUALMENTE, a cada mês de janeiro, iniciando-se em janeiro/2026 de acordo com a fórmula abaixo:

$$PSCLD = PSCLD_0 \times [(0,25 \times (INCT_1/INCT_0)) + ((0,75 \times (IPCA_1/IPCA_0)))] \text{, onde:}$$

PSCLD	É o valor atualizado da parcela do serviço de compressão, logística e descompressão, expresso em R\$/m³.
-------	--

PSCLD o	É o valor da parcela do serviço de compressão, logística e descompressão, expresso em R\$/m <sup>3</sup> , relativo ao ANO imediatamente anterior ao reajuste, correspondente a R\$1,3850/m <sup>3</sup> na data base da proposta apresentada pela VENDEDORA.
INCT <sub>1</sub>	É o número-índice do Índice Nacional do Custo de Transporte de Carga Fracionada – Operação Rodoviária – INCT-FR (Classe 400km), divulgado pelo DECOPE – Departamento de Custos Operacionais e Pesquisas Técnicas e Econômicas da NTC & Logística, relativo ao mês de dezembro do ano anterior ao ano do reajuste (A-1), devendo ser igual ao INCT <sub>0</sub> em caso de variação negativa do número-índice em relação ao divulgado no mês de dezembro imediatamente anterior (A-2) <sup>1</sup> .
INCT <sub>0</sub>	É o número-índice do Índice Nacional do Custo de Transporte de Carga Fracionada – Operação Rodoviária - INCT-FR (Classe 400 Km), divulgado pelo DECOPE – Departamento de Custos Operacionais e Pesquisas Técnicas e Econômicas da NTC & Logística, relativo ao mês de dezembro imediatamente anterior ao mês de divulgação do número-índice de referência para o estabelecimento do INCT <sub>1</sub> (A-2).
IPCA <sub>1</sub>	É o número-índice do Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de dezembro do ano anterior ao ano do reajuste (A-1), devendo ser igual ao IPCA <sub>0</sub> em caso de variação negativa do número-índice em relação ao divulgado no mês de dezembro imediatamente anterior (A-2).
IPCA <sub>0</sub>	É o Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de dezembro imediatamente anterior ao mês de divulgação do número-índice de referência para o estabelecimento do IPCA <sub>1</sub> (A-2).

7.3. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

7.3.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.portallntc.org.br/post-economico/inct/>



7.4. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

7.5. Na hipótese de qualquer uma das fontes relacionadas aos indicadores que compõem o PREÇO DO GÁS (PG) deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas nos itens 7.1, 7.1 e 7.2, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

7.6. Em hipótese alguma, poderá ser pedido reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou repactuação do PREÇO DO GÁS (PG) devido a migração da origem do suprimento do MERCADO LIVRE para o MERCADO REGULADO e vice-versa.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA**

### **8.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.**

Durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para o PONTO DE ENTREGA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) até o limite de 110% (cento e dez por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) aplicável ao período em questão; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA a cada DIA, 100% da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 13.1.

### **8.2. Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO.**

8.2.1. A VENDEDORA se compromete a ressarcir os prejuízos diretos indicados pelo CLIENTE FINAL, desde que dada a sua devida comprovação decorrentes de FALHA DE FORNECIMENTO, variações de pressão fora do especificado, vazão horária fora do especificado, presença de óleo acima do especificado e eventuais problemas de fornecimento que não se enquadrem em CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR e que culminem em FALHA DE FORNECIMENTO. Fica expressamente estabelecido que a responsabilidade da VENDEDORA prevista nesta Cláusula está limitada exclusivamente aos danos diretos



comprovadamente sofridos pelo CLIENTE FINAL, estando excluídos, para todos os fins, os lucros cessantes, danos emergentes e quaisquer outras perdas indiretas de qualquer natureza.

8.2.2. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PFF = 0,30 \times PM \times QF, \text{ onde:}$$

PFF:	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela VENDEDORA;
QF:	é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA ou na HORA em questão no PONTO DE ENTREGA; e
PM:	é a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

A penalidade estabelecida no item 8.2.12 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO por força de FALHA NO FORNECIMENTO, salvo o definido no item 8.2.1.

### 8.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = VHP \times (PF/60) \text{ onde:}$$

QF <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”;
VHP:	é a Vazão horária antes de início da falha;
PF:	é o número de minutos os quais ocorreram a falha.

#### 8.3.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD):

(a) Quando se registrar no PONTO DE ENTREGA, durante todo o DIA, pressões maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e não houver restrições no fornecimento

de GÁS NOTIFICADOS pela VENDEDORA à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:

- (i) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP); ou
- (ii) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).

(b) Quando se registrar no PONTO DE ENTREGA, em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores que a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).

(c) Para a apuração da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) aplica-se o disposto no item 8.3.1(a), nas situações em que houver queda de pressão pelo fato de a COMPRADORA ter sido parte determinante para tal ocorrência.

#### 8.4. Penalidade por entrega de GÁS DESCONFORME pela VENDEDORA

No caso de entrega de GÁS fora de especificação pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA, em determinado Dia, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{GD} = QG_D \times 0,10 \times PM; \text{ onde:}$$

$P_{gd}$ :	É o valor da penalidade por entrega de Gás fora de especificação.
$QG_D$ :	É a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora de especificação.
PM:	Significa ao PARCELA DE MOLÉCULA (PM) vigente no DIA.

O GÁS fora da especificação inclui os eventos de presença de óleo na rede, desde que acima do limite de tolerância definido em 1 ppm e qualquer outra desconformidade do GÁS, aqui entendida como o GÁS que não atender às especificações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira.

## 9. CLÁUSULA NONA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

### 9.1. Compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA.

Aplicar-se-ão para fins dos compromissos de recebimento do GÁS os dispositivos desta cláusula.

#### 9.1.1. ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>).

Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar à VENDEDORA, a título de ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>), conforme item 15.2, um custo associado à reserva de capacidade de transporte equivalente à QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

9.1.1.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 9.1.1, a eventual CAPACIDADE NÃO UTILIZADA DO TRANSPORTE (CNU<sub>T</sub>) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNU_T = ((\sum_{j=1}^M QDC_j)) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (\sum_{j=1}^M QDR_j), \text{ onde:}$$

CNU <sub>T</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS referente à CAPACIDADE NÃO UTILIZADA DO TRANSPORTE (CNU <sub>T</sub> ) no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
QDC <sub>j</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no DIA “j”.
M	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
QN <sub>PP</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em decorrência de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS;
QN <sub>FM</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
QN <sub>FF</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo MÊS.
QDR <sub>j</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA.
j	É o j-ésimo DIA do correspondente MÊS.

9.1.1.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de CAPACIDADE NÃO UTILIZADA DO TRANSPORTE ( $CNU_T$ ), na forma do item 9.1.1.1, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o montante previsto no item 15.2.1, correspondente ao ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE ( $EC_T$ ), sem prejuízo do disposto nos itens 15.1, 15.3 e 15.4.

#### 9.1.2. ENCARGO DE CAPACIDADE GNC ( $EC_{GNC}$ ).

Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar à VENDEDORA, a título de ENCARGO DE CAPACIDADE GNC ( $EC_{GNC}$ ), conforme item 15.3, um custo associado aos investimentos realizados para possibilitar a compressão, transporte via UTA-GNC e descompressão do GÁS equivalente à QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

9.1.2.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 9.1.2, a eventual CAPACIDADE NÃO UTILIZADA GNC ( $CNU_{GNC}$ ) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNU_{GNC} = (0,80 \times \sum_{j=1}^M QDC_j) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (\sum_{j=1}^M QDR_j), \text{ onde:}$$

$CNU_{GNC}$	É a QUANTIDADE DE GÁS referente à CAPACIDADE NÃO UTILIZADA no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
$QDC_j$	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no DIA “j”.
M	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
$QN_{PP}$	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em decorrência de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS;
$QN_{FM}$	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
$QN_{FF}$	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo MÊS.
$QDR_j$	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA.
j	É o j-ésimo DIA do correspondente MÊS.

9.1.2.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de CAPACIDADE NÃO UTILIZADA, na forma do item 9.1.2.1, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o

montante previsto no item 15.3.1, correspondente ao ENCARGO DE CAPACIDADE GNC (ECGNC), sem prejuízo do disposto nos itens 15.1, 15.2 e 15.4.

#### 9.1.3. RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM).

A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se, a cada MÊS, a adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), conforme item 15.4, uma quantidade de GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a pelo menos 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

##### 9.1.3.1. QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR)

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA DIÁRIA (RMD), a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR = (0,80 \times QDC \times M) - (QNFF + QNFM + QNPP) - \sum_{j=1}^M QDR_j, \text{ onde:}$$

$QNR$ :	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA(QNR) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
$QDC$ :	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC);
$M$ :	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
$QNFF$ :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo MÊS;
$QNFM$ :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS;
$QNPP$ :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 14.2;
$QDR_j$ :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA;
$j$	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

9.1.3.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA os montantes previstos no item 15.4, correspondente ao compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), sem prejuízo do disposto nos itens 15.1, 15.2 e 15.3.

9.1.3.3. QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 15.4, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

9.1.3.4. QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

A COMPRADORA terá o direito de recuperar o saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) da seguinte forma:

(a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) ocorrerá mensalmente e a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), tendo como limite 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), em base mensal.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

9.1.3.5. Havendo QUANTIDADES RECUPERADAS PELA COMPRADORA (QRC), será emitido um DOCUMENTO DE CRÉDITO conforme item 15.6.1

9.1.3.6. As QUANTIDADES RECUPERADAS (QR) serão deduzidas do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

9.1.3.7. Na hipótese disposta no item 9.1.3.4 (b), a VENDEDORA emitirá DOCUMENTO DE COBRANÇA para a COMPRADORA referente aos tributos indiretos que sejam devidos

em razão da receita que será reconhecida pela VENDEDORA por ocasião do término do prazo de recuperação das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

## 9.2. PENALIDADE POR RETIRADA A MENOR.

Caso em qualquer DIA a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), a COMPRADORA pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR_{Menor(Dia)} = (0,95 \times QDP - QDR) \times 0,10 \times PM; \text{ onde:}$$

$PR_{Menor(Dia)}$	Significa o valor da penalidade diária por retirada menor que a programada, caso positiva.
QDP	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
QDR	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), apurada na forma do item 10.3.
PM	Significa a PARCELA DA MOLÉCULA vigente no DIA.

9.2.1. O pagamento das penalidades a que se refere o item 9.2 não gerará qualquer crédito para a COMPRADORA.

## 9.3. PENALIDADE POR RETIRADA A MAIOR.

Caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja superior a 105% (cento e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, e exceto se não tiver sido mutuamente acordado entre as PARTES, a COMPRADORA pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR_{Maior(Dia)} = (QDR - 1,05 \times QDP) \times 0,10 \times PM ; \text{ onde:}$$

$PR_{Maior(Dia)}$	Significa o valor da penalidade diária por retirada maior que a programada, caso positiva.
-------------------	--

<i>QDR</i>	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR)
<i>QDP</i>	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
<i>PM</i>	Significa a PARCELA DA MOLÉCULA vigente no DIA.

9.4. As penalidades estabelecidas nos itens 9.2 e 9.3 são as únicas indenizações aplicáveis em caso de retirada a menor ou a maior neste CONTRATO. Nenhuma outra indenização será devida pela COMPRADORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela VENDEDORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido, sem prejuízo dos eventuais valores devidos no respectivo MÊS à título de ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE ( $EC_T$ ), ENCARGO DE CAPACIDADE GNC ( $EC_{GNC}$ ) e RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), conforme aplicáveis.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO**

10.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 15 (quinze) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes, no PONTO DE ENTREGA.

10.2. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 10.1 será enviada com 15 (quinze) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

10.3. A NOTIFICAÇÃO referida no item 10.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

(a) caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar em vazões que respeitem os limites estabelecidos neste CONTRATO;

(b) que as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) no PONTO DE ENTREGA não poderá ser superior à 110% (cento e dez por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 10.3.1;

(c) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e



(d)a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR cujos efeitos já sejam conhecidos no momento do envio da NOTIFICAÇÃO.

10.3.1. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores ao limite estabelecido no item 10.3 (b).

10.4. Até as 18:00h (dezesseis horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

(a)aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 10.3 e observado o disposto no item 10.8; ou

(b)estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO; ou

(c)estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do sistema de transporte.

10.5. Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 10.3, e observado o disposto no item 10.3.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) tenha se enquadrado nos termos do item 10.3.

10.5.1. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) que superem o limite estabelecido na alínea (b) do item 10.3 poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa.

10.6. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 10.4, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 10.3.

10.7. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA

enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NO FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

10.8. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) unilateralmente pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 11:30h (onze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento, desde que (i) tal alteração não seja superior a 20% (vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) informada anteriormente nos termos do item 10.3; e (ii) e observe as condições estabelecidas nos itens 10.3 e 10.4. Qualquer requisição de alteração de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) fora de tais limites somente ocorrerá caso previamente aceita pela VENDEDORA. A VENDEDORA deverá informar se aceita ou não a nova QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) fora de tais limites, na forma do item 10.4.

10.9. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

10.10. Caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) enviada pela COMPRADORA seja superior a 110% (cento e dez por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) conforme previsto no item 10.8, a VENDEDORA deverá responder a solicitação até às 17:00 (dezessete horas) do DIA do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) até o limite de 110% (cento e dez por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) ou o estabelecimento da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) conforme a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida nos termos dos itens 10.4, 10.5 e 10.6, conforme o caso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PONTO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

11.1. O PONTO DE ENTREGA será o estabelecido no ANEXO I – PONTO DE ENTREGA, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

11.1.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do PONTO DE ENTREGA, independentemente

de a medição ser realizada apenas no SISTEMA DE MEDIÇÃO instalado na interconexão do gasoduto da rede de distribuição da COMPRADORA com as instalações do CLIENTE FINAL.

11.1.2. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA.

11.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – QUALIDADE DO GÁS.

11.3. As demais condições operacionais aplicáveis à disponibilização do GÁS no PONTO DE ENTREGA estão estabelecidas no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

11.4. A COMPRADORA confirma que sua rede ligada ao PONTO DE ENTREGA estará apta, homologada e licenciada para suportar pressões até valor definido para PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

11.4.1. Será de responsabilidade da COMPRADORA qualquer dano direto ou indireto e/ou prejuízo causados em seus respectivos equipamentos e aos equipamentos de terceiros decorrentes da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO até o valor da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

11.4.2. Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão do PONTO DE ENTREGA, a pressão no PONTO DE ENTREGA poderá ser superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO, pelo prazo necessário à regularização da condição de fornecimento, sendo o limite de pressão, à jusante do PONTO DE ENTREGA, nestas condições, a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

11.4.3. A VENDEDORA será responsável, pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e os lucros cessantes, causados aos equipamentos da COMPRADORA ou de seus usuários em decorrência da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, desde que comprovado o nexo causal entre os danos causados e a entrega de GÁS com pressão acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

11.5. As temperaturas mínima e máxima do GÁS no PONTO DE ENTREGA serão, respectivamente, de 5°C (cinco graus Celsius) e 40°C (quarenta graus Celsius).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MEDIÇÃO DO GÁS**

12.1. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste Contrato, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

12.2. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal.

12.3. As PARTES acordam que, para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

12.4. Salvo de forma diversa expressamente acordado entre as PARTES, a medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada através de SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade da COMPRADORA localizado na interconexão do gasoduto de distribuição da COMPRADORA com as instalações do CLIENTE FINAL.

12.4.1. As PARTES concordam que no primeiro MÊS de fornecimento, a COMPRADORA deverá pagar para a VENDEDORA pela QUANTIDADE DE GÁS necessária para encher todas as UTA-GNC da VENDEDORA que serão utilizadas no fornecimento objeto deste CONTRATO, assim como para pressurizar o gasoduto de distribuição da COMPRADORA que realizará a movimentação do GÁS do PONTO DE ENTREGA até o SISTEMA DE MEDIÇÃO localizado na interconexão de tal gasoduto com as instalações do CLIENTE FINAL.

12.4.2. Ao final do CONTRATO, o valor nominal do crédito financeiro relativo às QUANTIDADES DE GÁS adquiridas para fins de enchimento das UTA-GNC da VENDEDORA serão devolvidas à COMPRADORA na forma a ser oportunamente acordada entre as PARTES.

12.5. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA, no PONTO DE ENTREGA, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$QDR = (QM \times fq)$$

$$fq = \frac{PCS_m}{PCR}, \text{ onde:}$$

<i>QDR</i> :	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), no PONTO DE ENTREGA;
<i>QM</i> :	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM), no PONTO DE ENTREGA;
<i>fq</i> :	É o Fator de Conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
<i>PCS<sub>m</sub></i> :	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA na Estação de Recebimento de Gás da COMPRADORA em Jacutinga em questão, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
<i>PCR</i> :	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

12.6. A QUANTIDADE MEDIDA será calculada DIARIAMENTE, conforme os seguintes procedimentos de acordo com o tipo de medidor de GÁS:

(a) Medidor tipo turbina: procedimentos descritos no documento "MEASUREMENT OF NATURAL GAS BY TURBINE METERS - Transmission Measurement Committee Report nº 7", publicado pela "AGA-American Gas Association", ou documento que vier a substituí-lo;

(b) Medidor tipo rotativo: procedimentos descritos no documento "AGA ANSI B109.3 – Rotary Type Gas Displacement Meters", ou documento que vier a substituí-lo;

(c) Para os tipos de medidores indicados nas alíneas (a) e (b) deste item, o fator de supercompressibilidade deverá ser considerado conforme os procedimentos descritos no documento "COMPRESSIBILITY FACTORS AND SUPERCOMPRESSIBILITY FOR NATURAL GAS AND OTHER RELATED HYDROCARBON GASES - Transmission Measurement Committee Report Nº 8", publicado pela AGA - American Gas Association, ou documento que vier a substituí-lo;

(d) Para os tipos de medidores indicados nas alíneas (a) e (b) deste item, a medição eletrônica diária de GÁS, se aplicável, deverá ser considerada conforme os procedimentos descritos no documento Portaria INMETRO 298 de 08 de julho de 2021, ou documento que vier a substituí-lo.

12.6.1. Os dados relativos à medição do GÁS estabelecidos nesta Cláusula serão disponibilizados em tempo real para a VENDEDORA, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a COMPRADORA deverá enviar um relatório contendo as medições do GÁS efetuadas no referido DIA em que o sistema esteve indisponível. Adicionalmente, a VENDEDORA poderá solicitar à COMPRADORA os dados de medição (*audit trail*) e histórico do computador de vazão do SISTEMA DE MEDIÇÃO da COMPRADORA, mensalmente, para consolidação das medições mensais.

12.6.2. Não serão aceitas divergências de medição em decorrência de eventuais variações entre as medições realizadas na UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC e na UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC.

### **13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – QUALIDADE DO GÁS**

13.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, deverá apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

13.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade da VENDEDORA.

13.3. A metodologia para determinação da qualidade do GÁS deverá estar em conformidade com a estabelecida no Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

13.4. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, no Ponto de Entrega, será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com base na norma ISO 6976:2016, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

13.5. A COMPRADORA deverá garantir que no momento do efetivo INÍCIO DE FORNECIMENTO a rede de distribuição conectada ao PONTO DE ENTREGA, assim como as instalações do CLIENTE FINAL, estejam limpas e em plenas condições de operação, de acordo com as melhores práticas da indústria, devendo se responsabilizar integralmente pela eventual entrega ao CLIENTE FINAL de GÁS desconforme em função do eventual

descumprimento da obrigação estabelecida neste item, caso em que não será devido qualquer valor para a COMPRADORA nos termos do item 8.4.

13.6. A VENDEDORA deverá garantir que o gás natural entregue no gasoduto de distribuição que irá movimentar o gás até o SISTEMA DE MEDIÇÃO DO CLIENTE FINAL não deverá conter traços visíveis de partículas sólidas ou líquidas.

13.6.1. Em caso de o gás ser entregue em discordância com o item 13.6, será caracterizado como gás desconforme.

13.6.2. A UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC deve possuir filtros coalescentes e de particulados dimensionados a pressão e vazão de projeto. É responsabilidade da VENDEDORA realizar amostras de gás natural para verificar e garantir que não haja contaminação por óleo no gás.

#### **14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PARADAS PROGRAMADAS**

14.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, dos equipamentos referidos no item 14.1.1, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega ou recebimento do GÁS pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

14.1.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades, os sistemas, e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento, distribuição, compressão, transporte (incluindo as UTA-GNC), descompressão e entrega do GÁS (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados ou terceiros) e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de GÁS: as unidades, os sistemas e os equipamentos os que constituem o sistema de distribuição, desde que diretamente relacionados ao suprimento do GÁS abarcado pelo presente CONTRATO.

14.2. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO.

(b) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.

(c) A QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou não recebida, em determinado DIA no PONTO DE ENTREGA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDC_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QPP <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE GÁS não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA “j”;
QDP <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j” para o PONTO DE ENTREGA; e
QDR <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA “j” para o PONTO DE ENTREGA;

(d) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes.

(e) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA, assim como no sistema de produção de GÁS da VENDEDORA.

14.2.1. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 2 (dois) DIAS de antecedência da data de início da



PARADA PROGRAMADA NOTIFICADA nos termos do item 14.2(a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente NOTIFICADA prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

14.2.2. As partes poderão acordar alternativas para atendimento no MERCADO REGULADO de forma a evitar paradas programadas.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FATURAMENTO

15.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = QDRM \times PG \text{ onde:}$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDRM	É a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) em cada DIA do MÊS em questão, apurada no PONTO DE ENTREGA.
PG	é o PREÇO DO GÁS (PG) aplicável no último DIA do correspondente MÊS.

### 15.2. ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>).

15.2.1. O valor do ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>) devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, exclusivamente em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS a ser disponibilizado à COMPRADORA, caso seja verificada CAPACIDADE NÃO UTILIZADA DO TRANSPORTE (CNU<sub>T</sub>) em determinado MÊS, na forma do item 9.1.1.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ECT} = CNU_T \times PT; \text{ onde:}$$

$FAT_{ECT}$	É o valor a ser pago de ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC <sub>T</sub> ) pela COMPRADORA à VENDEDORA.
$CNU_T$	É a CAPACIDADE NÃO UTILIZADA DO TRANSPORTE (CNU <sub>T</sub> ) no MÊS, calculada na forma do item 9.1.1.1, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
$PT$	É a parte fixa da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, definida conforme item 7.1.2, acrescida dos tributos e encargos aplicáveis.

15.2.2. A COMPRADORA não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à VENDEDORA do ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>).

15.3. ENCARGO DE CAPACIDADE GNC (EC<sub>GNC</sub>).

15.3.1. O valor do ENCARGO DE CAPACIDADE GNC (EC<sub>GNC</sub>) devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, exclusivamente em razão dos custos fixos não recuperáveis associados aos investimentos realizados para possibilitar a compressão, transporte via UTA-GNC e descompressão do GÁS a ser disponibilizado à COMPRADORA, caso seja verificada CAPACIDADE NÃO UTILIZADA GNC (CNU<sub>GNC</sub>) em determinado MÊS, na forma do item 9.1.2.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ECGNC} = CNU_{GNC} \times PSCLD; \text{ onde:}$$

$FAT_{ECGNC}$	É o valor a ser pago de ENCARGO DE CAPACIDADE GNC (EC <sub>GNC</sub> ) pela COMPRADORA à VENDEDORA.
$CNU_{GNC}$	É a CAPACIDADE NÃO UTILIZADA GNC (CNU <sub>GNC</sub> ) no MÊS, calculada na forma do item 9.1.2.1, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
$PSCLD$	É a parcela do serviço de compressão, logística e descompressão aplicável ao fornecimento de GÁS nos termos deste CONTRATO, correspondente a R\$1,3850/m <sup>3</sup> na data base da proposta apresentada pela VENDEDORA, a ser atualizada nos termos do item 7.2.

15.3.2. A COMPRADORA não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à VENDEDORA do ENCARGO DE CAPACIDADE GNC (EC<sub>GNC</sub>).

15.4. DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM).

15.4.1. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA pelo descumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) assumido nos termos do item 9.1.3, caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 9.1.3.1, será o produto do somatório das QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) em cada MÊS pela PARCELA DE MOLÉCULA vigente no último DIA do MÊS em questão, conforme fórmula abaixo:

$$FAT_{RMM} = QNR_{RMM} \times PM; \text{ onde:}$$

$FAT_{RMM}$	É o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) em determinado MÊS, conforme estabelecido no item 9.1.3.
$QNR_{RMM}$	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) verificada no MÊS em questão.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) vigente no último DIA do correspondente MÊS;

15.5. Para fins dos itens 15.1, 15.2, 15.3 e 15.4, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

#### 15.6. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

15.6.1. Quando ocorrer a recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) através de QUANTIDADE RECUPERADA (QR) pela COMPRADORA, conforme item 9.1.3.5, será concedido à COMPRADORA um crédito, mediante a emissão de um DOCUMENTO DE CRÉDITO com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred_{QPNR} = QR_M \times PM; \text{ onde:}$$

$DCred_{QPNR}$	É o valor do DOCUMENTO DE CRÉDITO a ser creditado à COMPRADORA em face da recuperação, em R\$, em determinado MÊS, de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR).
$QR_M$	É a QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRCM) no MÊS, com respectivo abatimento do saldo previsto no item 9.1.3.5.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) vigente no último DIA do correspondente MÊS;

15.6.2. A QUANTIDADE RECUPERADA (QR) pela COMPRADORA no MÊS será apurada no fechamento do MÊS, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à COMPRADORA, em compensação de um respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA, ao qual serão acrescidos os tributos aplicáveis, referente ao MÊS da respectiva recuperação.

15.7. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

15.7.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

15.8. Apresentação de Documentos de Cobrança.

15.8.1. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

15.8.2. Devem ser enviados os documentos de faturamento em xml e pdf, bem como o demonstrativo em Excel com todas as notas emitidas e eventuais necessidades de acerto de volume para controle. Para conferência das penalidades e do GUS do transporte, devem ser enviados os documentos emitidos pelo TRANSPORTADOR, assim como quaisquer outras informações necessárias à comprovação dos valores repassados.

15.9. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

15.9.1. Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos em até 5 (cinco) DIAS corridos após o 5º DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

15.9.2. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

15.9.3. Caso a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA prevista no item 15.9.1 não coincida com um DIA ÚTIL, o prazo para pagamento deverá ser postergado para o primeiro DIA ÚTIL imediatamente subsequente.

15.10. Tributos e Encargos.

15.10.1. O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

15.10.2. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

15.10.3. A revisão prevista no item 15.10.2, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

15.10.4. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

15.10.5. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 15.8 e 15.9.

15.10.6. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela LEGISLAÇÃO de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

15.11. ENCARGOS MORATÓRIOS.

15.11.1. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação positiva acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 10% (dez por cento), calculados sobre o montante atualizado.

15.12. Cobranças Objeto de Controvérsia.

15.12.1. Com exceção dos valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA a título de ENCARGO DE CAPACIDADE DO TRANSPORTE (EC<sub>T</sub>), os quais poderão somente ser objeto de controvérsia nos termos do GTA vigente, conforme previsto no item 7.1.2.5, havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a)A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b)Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c)se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

15.12.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a

alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 15.12.1(b) e (c).

## **16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

16.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá Evento de Inadimplemento de quaisquer das PARTES:

(a)O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela outra Parte em razão deste Contrato. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 15.12 deste CONTRATO.

(b)O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste Contrato, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.

(c)Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.

(d)Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 16.4.

(e)A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a CLÁUSULA DEZENOVE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

(f) FALHA NO FORNECIMENTO por mais de 30 (trinta) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique a entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) da QDP, independentemente de a VENDEDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

16.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c), (d), (e) ou (f) do item 16.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá

requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

16.2.1. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item 16.2 poderá ser exercido até o prazo máximo de 90 (noventa) DIAS contados da caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

16.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados (i) na alínea (a) do item 16.1, a PARTE que esteja adimplente enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 10 (dez) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO; e (ii) na alínea (b) do item 16.1, a PARTE que esteja adimplente enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

16.3.1. Nas hipóteses do item 16.3, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 15 (quinze) DIAS estabelecido no item 16.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado, ou outro prazo que venha a ser acordado entre as PARTES em função da natureza do inadimplemento; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 05 (cinco) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

16.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$V_{Ind} = 0,20 \times QDC \times DF \times PG, \text{ onde:}$$

$V_{Ind}$ :	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$;
$QDC$ :	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO;
$DF$ :	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO; e
$PG$ :	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.



16.4.1. Sem prejuízo dos itens 16.5 e 16.6, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 16.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

16.4.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 16.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão. Ultrapassado esse prazo passarão a incidir os ENCARGOS MORATÓRIOS.

16.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que tenha sido reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

16.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

## **17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

17.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

(a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;

(b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;

(c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

(d)sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

#### 17.2. Abrangência.

Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

(a)Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.

(b)Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.

(c)Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.

(d)a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.

(e)Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.

(f)um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção e escoamento do necessário para atendimento deste CONTRATO.

(g)um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para a entrega do GÁS na UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC ou o recebimento do GÁS no PONTO DE ENTREGA.

(h)um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC, a UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC ou as UTA-GNC da VENDEDORA.

(i) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de transporte necessário para a entrega do GÁS.

### 17.3. Eventos excluídos.

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a)Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.

(b)Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.

(c)Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

(d)Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

(e)Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

(f)Depleção dos reservatórios dos campos nos quais o GÁS objeto deste CONTRATO é produzido.

#### 17.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 17.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

17.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 17.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

17.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 17.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

17.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

17.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

17.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

17.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**

18.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

18.2. Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

#### 18.2.1. MEDIAÇÃO.

(a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15.

(b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO.

(c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil.

#### 18.2.2. PERITAGEM.

(a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (*e.g.*, medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

(b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO

responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

(c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

18.2.2.1. Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

(a) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;

(b) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;

(c) manterá e diligenciará pela confidencialidade;

(d) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;

(e) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.

(f) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

18.2.2.2. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

(a) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;

(b)dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;

(c)enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;

(d)arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;

(e)arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;

(f) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;

(g)comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

18.2.2.3. Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

18.2.2.4. Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.



### 18.2.3. ARBITRAGEM.

18.2.3.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

18.2.3.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

18.2.3.3. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

(a) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único (“ÁRBITRO ÚNICO”). A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

(i) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);

(ii) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e

(iii) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.

(b) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

(i) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).

(ii) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO (“SEGUNDO ÁRBITRO”).

(iii) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.

(iv) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

18.2.3.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

(a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.

(b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

18.2.3.5. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

18.2.3.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

18.2.3.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

(a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

(b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.

(c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.

(d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

### 18.3. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **19. CLÁUSULA DEZENOVE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

19.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto nos itens 19.2 e 19.3.

19.2. Cada PARTE poderá transferir, sem o consentimento da outra PARTE, o CONTRATO ou os direitos relativos ao CONTRATO à sua controladora, às controladas, subsidiárias, coligadas ou AFILIADAS da sua controladora. Neste caso, a PARTE cedente será mantida como responsável solidária de todos os deveres e responsabilidades estabelecidos neste CONTRATO.

19.3. No caso de cessão, pela VENDEDORA, dos recebíveis resultantes deste CONTRATO, como garantia para fins do financiamento de suas atividades, incluindo, mas não se limitando ao penhor ou alienação fiduciária, o consentimento da COMPRADORA para a referida cessão não poderá ser negado de forma injustificada, caso a cessão seja realizada para instituições

financeiras nacionais e/ou internacionais de primeira linha, sem prejuízo da COMPRADORA opor a eventual cessionários todos os direitos a ela garantidos no âmbito deste CONTRATO.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO**

20.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

### **(a) VENDEDORA**

Rodovia BR-381, km 4887, setor B, Distrito Industrial Paulo Camilo Norte, Betim, Minas Gerais, CEP 32.681-002.

A/C: Alexandre Garcia Araújo (alexandre@logas.com.br) e Anaíde do Carmo (ana@logas.com.br)  
Fone: (31) 99690-0447

### **(b) COMPRADORA**

Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar – CEP 30.190-924 – Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3265-1000

A/C: Gerência de Operação e Manutenção e Gerência de Regulação e Aquisição de Gás

Plantão Emergencial: 117

Fax: (31) 3265-1101.

Correios eletrônicos (e-mails):

- Comercial: [compradegas@gasmig.com.br](mailto:compradegas@gasmig.com.br)

- Operação: [gasmig-cos@gasmig.com.br](mailto:gasmig-cos@gasmig.com.br)

- Medição: [medfat@gasmig.com.br](mailto:medfat@gasmig.com.br)

- Qualidade: [gasmig-qualidade@gasmig.com.br](mailto:gasmig-qualidade@gasmig.com.br)

20.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, incluindo, sem limitação, para fins de nomeação

e programação do fornecimento nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Rodovia BR-381, km 4887, setor B, Distrito Industrial Paulo Camilo Norte, Betim, Minas Gerais, CEP 32.681-002.

A/C: Alexandre Garcia Araújo ([alexandre@logas.com.br](mailto:alexandre@logas.com.br)) e Anaíde do Carmo ([ana@logas.com.br](mailto:ana@logas.com.br))  
Fone: (31) 99690-0447

(b) COMPRADORA

Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar – CEP 30.190-924 – Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3265-1000

A/C: Gerência de Operação e Manutenção e Gerência de Regulação e Aquisição de Gás

Plantão Emergencial: 117

Fax: (31) 3265-1101.

Correios eletrônicos (e-mails):

- Comercial: [compradegas@gasmig.com.br](mailto:compradegas@gasmig.com.br)

- Operação: [gasmig-cos@gasmig.com.br](mailto:gasmig-cos@gasmig.com.br)

- Medição: [medfat@gasmig.com.br](mailto:medfat@gasmig.com.br)

- Qualidade: [gasmig-qualidade@gasmig.com.br](mailto:gasmig-qualidade@gasmig.com.br)

20.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

20.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

20.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA DÉCIMA - PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em

funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

21.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

21.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

21.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

21.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

(a) já ser a informação conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.

(b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.

(c) ter sido a informação comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.

(d) em caso de determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.

(e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI, incluindo, sem limitação, em relação ao envio de informações para a ANP para fins de cumprimento de obrigações regulatórias das PARTES.

## **22.CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – NOVAÇÃO**

22.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

## **23.CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CONDOTA DAS PARTES**

23.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

(a)Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13 (“LEIS ANTICORRUPÇÃO”). Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

(b)Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

(c)Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais LEGISLAÇÕES aplicáveis à PARTE.

(d)Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão,

prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

(e) Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens (c) e (d) ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CONDUTA DAS PARTES.

(f) As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

(g) Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens (b), (c) e (e); (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a LEGISLAÇÃO aplicável.

(h) Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE Indenizadora e suas AFILIADAS.

(i) Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **24.1. Nulidade das cláusulas contratuais.**

24.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal



disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

24.1.2. Na hipótese do item 24.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

#### 24.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

#### 24.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

(d) A VENDEDORA obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção,

transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

#### 24.4. Proteção de Dados Pessoais

24.4.1. Para os fins dessa cláusula, (a) “LGPD” significa a Lei nº 13.709/2018. “Dados Pessoais”, “Dados Pessoais Sensíveis”, “Titulares” e “Tratamento” terão os significados adotados pela LGPD; e (b) “Leis de Proteção de Dados Aplicáveis” significa todas as leis, regras, regulamentos, ordens, decretos, orientações normativas e autorregulamentações aplicáveis à proteção de dados, incluindo, sem limitação, a LGPD.

24.4.2. As PARTES, por si e por seus empregados, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com as Leis de Proteção de Dados Aplicáveis, em especial a LGPD, além das determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria em cada país onde houver qualquer tipo de tratamento de Dados Pessoais relativos às PARTES e à execução deste CONTRATO.

24.4.2.1. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a este CONTRATO, as PARTES comprometem-se a adequar as condições vigentes por meio de instrumento aditivo.

24.4.3. Sempre que ambas as PARTES possuam o poder decisório sobre o tratamento dos Dados Pessoais objetos deste CONTRATO, sendo ambos controladores, incluindo os casos em que a COMPRADORA necessitará tratar Dados Pessoais dos colaboradores e/ou prestadores de serviços subcontratados da VENDEDORA alocados nas dependências da COMPRADORA, serão aplicáveis as cláusulas dispostas abaixo:

a) Cada PARTE deverá manter a conformidade dos Dados Pessoais tratados, bem como será responsável pela legitimidade no tratamento dos Dados Pessoais de terceiros compartilhados no âmbito da execução do objeto deste CONTRATO com a outra PARTE, a qualquer título.

b) As PARTES deverão tratar os Dados Pessoais de forma sigilosa e com o mesmo nível de segurança que tratam seus dados e informações de caráter sigiloso, comprometendo-se em atuar, no presente CONTRATO, mediante esforço razoável e em conformidade com os controles de segurança da informação e com a LEGISLAÇÃO aplicável, adotando medidas técnicas e administrativas de processo e segurança.

c) Nos casos em que a COMPRADORA necessite tratar Dados Pessoais de colaboradores, empregados ou subcontratados da VENDEDORA, a VENDEDORA se compromete a manter estes Dados Pessoais devidamente corretos e atualizados, devendo comunicar a COMPRADORA qualquer alteração verificada.

d) Ainda neste sentido, a VENDEDORA dará transparência a seus empregados, colaboradores e subcontratados afetados à prestação dos serviços objeto do presente CONTRATO sobre o tratamento de Dados Pessoais pela COMPRADORA para fins de cumprimento das atividades prestadas pela COMPRADORA no âmbito do CONTRATO, sendo a VENDEDORA a única responsável pela suficiência de suas políticas e procedimentos relacionados aos seus empregados, colaboradores e subcontratados, devendo garantir a legitimidade dos Dados Pessoais compartilhados a qualquer título com a COMPRADORA.

e) Cada PARTE monitorará, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus empregados e operadores, com as respectivas obrigações relativas à proteção de Dados Pessoais.

f) Cada PARTE é responsável por garantir o exercício e cumprimento dos direitos dos Titulares, em observância à legislação de proteção de Dados Pessoais. Se uma das PARTES receber uma solicitação do Titular, bem como de autoridade fiscalizadora ou órgão regulador acerca de um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar a PARTE responsável em até 48 (quarenta e oito) horas sobre a solicitação recebida.

#### 24.5. Cuidado com o meio ambiente

As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

(a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

(b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;

(c) estímulo ao uso racional e eficiente do GÁS NATURAL; e

(d)mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

#### 24.6. Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

#### 24.7. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO e a CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

#### 24.8. Valor do contrato

O valor estimado do Contrato é de R\$ 85.120.513,85(oitenta e cinco milhões, cento e vinte mil, quinhentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).

### **25.CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CONCORDÂNCIA DAS PARTES**

25.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Belo Horizonte/MG, 15 de Dezembro de 2025.

## LOGÁS LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS S/A.

Assinatura Eletrônica  
23/12/2025 16:47 (BRT)

**BRy** *Alexandre Garcia Araújo*

\_\_\_\_\_  
Alexandre Garcia Araújo  
Diretor Presidente

Assinatura Eletrônica  
23/12/2025 17:00 (BRT)

**BRy** *Luiz Roberto Albuquerque Nunes*

\_\_\_\_\_  
Luiz Roberto de Albuquerque Nunes  
Diretor Financeiro

## COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG

Assinatura Eletrônica  
23/12/2025 18:57 (BRT)

**BRy** *Carlos Camargo de Colón*

\_\_\_\_\_  
Carlos Ivan Camargo de Colón  
DIRETOR PRESIDENTE

Assinatura Eletrônica  
23/12/2025 18:02 (BRT)

**BRy** *Rodrigo Solha Pazzini De Freitas*

\_\_\_\_\_  
Rodrigo Solha Pazzini de Freitas  
DIRETOR TÉCNICO-COMERCIAL

## TESTEMUNHAS:

Assinatura Eletrônica  
19/12/2025 11:45 (BRT)

**BRy** *Lucas de Carvalho Gomes*

\_\_\_\_\_  
LUCAS DE CARVALHO  
CAS DE CARVALHO GOMES

Assinatura Eletrônica  
22/12/2025 10:24 (BRT)

**BRy** *Anáide do Carmo de Jesus B. de Lima*

\_\_\_\_\_  
ANAIDE DO CARMOS DE JESUS BRAGA DE LIMA  
DO CARMOS DE JESUS  
BRAGA DE LIMA

## ANEXO I – PONTO DE ENTREGA

<u>LOCAL DE ENTREGA</u>	<u>LATITUDE</u>	<u>LONGITUDE</u>
<u>Extrema</u>	<u>-22°52'39"</u>	<u>-46°22'16"</u>

## ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA

<u>PRESSÃO MÍNIMA</u> <u>DE FORNECIMENTO</u> <u>(KGF/CM²G)</u>	<u>PRESSÃO MÁXIMA DE</u> <u>FORNECIMENTO</u> <u>(KGF/CM²G)</u>	<u>VAZÃO</u> <u>HORÁRIA</u> <u>MÍNIMA</u> <u>(M³/HORA)</u>	<u>VAZÃO HORÁRIA</u> <u>MÁXIMA</u> <u>(M³/HORA)</u>
<u>5</u>	<u>7</u>	<u>400</u>	<u>2000</u>

### ANEXO III – VALOR GARANTIDO DA TUSD

1.1. Caso a VENDEDORA modifique o endereço da UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC para uma localidade fora do Estado de Minas Gerais, deverá ser garantido o valor integral da TUSD para a COMPRADORA.

1.2. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 1.1, o eventual não pagamento da TUSD pela VENDEDORA caso haja mudança da UNIDADE DE COMPRESSÃO DE GNC no correspondente MÊS será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$TUSD_{NU} = 0,85 \times \sum_{j=1}^M QDC_j - VP\ TUSD_M; \text{ onde}$$

$TUSD_{NU}$	é o valor residual decorrente do não pagamento pela VENDEDORA da TUSD no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
$QDC_j$	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA;
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
J	é o j-ésimo DIA do correspondente MÊS.
$VP\ TUSD_M$	é o valor pago pela VENDEDORA à COMPRADORA pela utilização do serviço de distribuição.

1.3. Caso em determinado MÊS seja identificado a existência de TUSD não garantido pela VENDEDORA, na forma do item 1.2, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA o montante previsto conforme abaixo:

$$FAT_{TUSD} = TUSD_{NU} \times TUSD \text{ onde}$$

$FAT_{TUSD}$	é o valor a ser pago à COMPRADORA por eventual não pagamento de TUSD pela VENDEDORA;
$TUSD_{NU}$	é o valor residual decorrente do não pagamento pela VENDEDORA da TUSD no correspondente MÊS;
TUSD	é a tarifa pelo uso do serviço de distribuição homologada pela SEDE – MG para o segmento GNC/GNL no Estado de Minas Gerais vigente no MÊS de apuração desse compromisso



## ANEXO IV – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DE GNV PELA COMPRADORA

1.1. A VENDEDORA, ou quem ela indicar, se compromete a utilizar nos cavalos mecânicos acoplados em suas UTA-GNC que atendem esse CONTRATO, Gás Natural Veicular - GNV a ser fornecido pela COMPRADORA em sua BASE DE COMPRESSÃO DE GNC, ligada a rede primária da COMPRADORA e em sua BASE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC.

1.2. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 1.1, o eventual GNV não utilizado pela VENDEDORA no correspondente MÊS será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$GNV_{NU} = \left( \frac{0,95 \times \sum_{j=1}^M QDR_j}{CTC} \times \frac{Dist}{CMC} \right) - VMD_M; \text{ onde}$$

$GNV_{NU}$	é a QUANTIDADE DE GÁS referente ao GNV não utilizado pela VENDEDORA no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
$QDR_j$	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA;
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
J	é o j-ésimo DIA do correspondente MÊS.
CTC	é a capacidade de transporte da carreta, definida aqui como 6.500 (seis mil e quinhentos metros cúbicos);
Dist	é a distância de ida e volta da UNIDADE DE COMPRESSÃO GNC e da UNIDADE DE DESCOMPRESSÃO DE GNC, definida aqui como 440 Km (quatrocentos e quarenta quilômetros);
CMC	é o consumo médio de GNV do cavalo por quilometro, definido aqui como 1,87 Km/m <sup>3</sup> (um virgula oitenta e sete quilômetros por metro cúbico);
$VMD_M$	é o volume medido no <i>dispenser</i> da base de compressão interligada a rede primária da COMPRADORA e no <i>dispenser</i> da base de descompressão responsáveis por medir o volume de GNV injetado nas UTA-GNC da VENDEDORA, que será faturado pela distribuidora de gás como GNV.

1.3. Caso em determinado MÊS seja identificado a existência de GNV não utilizado pela VENDEDORA, na forma do item 1.2, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA o montante previsto conforme abaixo:

$$FAT_{GNV} = GNV_{NU} \times MD; \text{ onde}$$

FAT <sub>GNV</sub>	é o valor a ser pago à COMPRADORA por eventual GNV não utilizado pela VENDEDORA;
GNV <sub>NU</sub>	é a QUANTIDADE DE GÁS referente ao GNV não utilizado pela VENDEDORA no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo, calculado conforme item 1.2;
MD	é a margem de distribuição para o segmento de GNV, homologada pelo Órgão Regulador da distribuição de gás natural canalizado do Estado de Minas Gerais do correspondente MÊS em que tenha sido apurado eventual GNV não utilizado;